

As Religiões e a Crise Actual

Bruno Cardoso Reis

As milhares de vítimas inocentes do 11 de Setembro merecem o máximo de esforço na procura de uma resposta real contra o terrorismo. Ela será tanto mais eficaz e menos contraproducente quanto seja ampla e justa. Merecem também que se evite o mais possível multiplicar o número de vítimas civis. O Cristianismo e o Islão professam igualmente a fé num Deus clemente, misericordioso e justo; pelo que não será de esperar menso do que um esforço deste tipo por parte dos seus fiéis.

Poucos dias antes dos atentados contra os EUA, a BBC Online debatia a questão: será que a religião tem os dias contados na Grã-Bretanha? O pretexto: uma homilia do Cardeal Arcebispo de Westminster que afirmara que o cristianismo tinha cada vez menos peso efectivo na sociedade britânica. Depois dos atentados de 11 de Setembro, muitos há que falam de uma guerra mundial das religiões como algo eminente e inescapável. Estaremos à beira de um choque de civilizações, apesar do autor da expressão, Samuel Huntington, o ter vindo negar? Que significa tudo isto? Que posições têm tomado os mais importantes líderes religiosos relativamente à presente crise? Que impacto podem eles ter no comportamento de grupos radicais que usam a violência alegadamente ao serviço de uma determinada religião? Estas são questões fundamentais para aprofundar a compreensão da crise actual. É claro que as religiões já não são hoje em boa parte do Mundo o critério único de comportamento e o factor fundamental de legitimação dos Estados que eram há apenas duzentos anos atrás. Mas também é evidente que por muito grande que seja a diversidade, a concorrência e a liberdade religiosas hoje vigentes em muitas partes do mundo (mas não em todas), as crenças religiosas estão longe de se terem tornado irrelevantes.

É evidente também que o objectivo dos autores dos atentados de 11 de Setembro é desencadear uma guerra religiosa. Eles não foram reivindicados por que se explicam por si mesmos nesta lógica: atingem o poderio norte-americano (o «Grande Satã» que impede a emergência do Islão como potência mundial unificada), e pretendem acirrar o ódio entre o Ocidente e o Mundo Islâmico. A sua relação com Bin Ladin, independentemente de se encontrarem provas mais ou menos circunstanciais de uma ligação funcional dos autores dos atentados a ele, não oferece dúvida quanto à partilha destes objectivos estratégicos. Por isso, o milionário saudita não hesitou em agradecer a Deus pelos ataques aos EUA e a pedir-lhe que elevasse os seus autores ao paraíso. Não é de espantar, tendo em conta que proclamou, em 1998, uma fatwa declarando ser legítimo aos muçulmanos matar norte-americanos fosse onde fosse (daí a meses deram-se as explosões nas embaixadas norte-americanas na Quênia e Tanzânia), e que num dos vídeos mensais com as suas pregações, distribuídos por todo o mundo, dizia: "É dever de toda a mãe muçulmana aleitar os seus filhos no ódio aos judeus e aos cristãos." Mas Bin Ladin é representativo da religião islâmica? Esta é especialmente propensa à violência como muitos parecem temer no Ocidente?

Uma resposta curta e genérica a ambas as questões tem de assumir a forma de um duplo não. Bin Ladin não é sequer visto pelo Islão mais ortodoxo como um clérigo

credenciado para emitir uma fatwa. Embora se tenha de ter em conta — e esta é uma complicação importante na análise das posições do Islão face à crise — o facto de que os muçulmanos não têm um clero ordenado, claramente distinto dos simples fiéis. O seu clero (os ulama) é constituído por intelectuais (teólogos) e juristas e estrutura-se essencialmente em torno da pregação, do ensino e da jurisprudência e do prestígio que se atinge nessas áreas. E não existe hoje qualquer figura suprema reconhecida pelas duas grandes correntes do Islão: sunitas (o califado foi extinto em 1923) e xiitas (o imanato dos descendentes de Ali extinguiu-se há séculos).

Em todo o caso, há alguns dados relativamente claros. A maior parte dos muçulmanos e os seus mais importantes líderes religiosos, mesmo os vulgarmente ditos fundamentalistas, afirmam lamentar as vítimas do 11 de Setembro, e há muito mostram aversão aos taliban. Assim, alguns dias antes dos atentados o presidente Khatami do Irão dizia que estes últimos eram uma vergonha para o Islão. O líder dos Irmãos Muçulmanos no Paquistão, Qazi Hussain, condenou, no ano passado, o seu tratamento das mulheres (nomeadamente a proibição de todo o tipo de educação feminina). Quanto ao líder religioso da Hizbullah, xeque Muhammad Fadlallah afirmou a respeito do 11 de Setembro: "Nós opomo-nos à política norte-americana, mas estamos horrorizados com esta operação, que nenhuma religião no Mundo poderá justificar." O grande mufti egípcio e o saudita expressaram reprovação relativamente ao terrorismo suicida e que visa civis, recordando que o Alcorão obriga a distinguir beligerantes e não beligerantes.

No entanto, muitos deles não deixam, simultaneamente, de insistir que Bin Ladin e os membros do Al-Qaeda devem ser julgados por um tribunal independente e que a violência não pode ser combatida pela violência. Recordam também que o Islão tem sofrido nos últimos dois séculos, muitas violências semelhantes, por parte do Ocidente. Por exemplo, que nos anos 80 os EUA abateram por acidente um avião de passageiros com 200 iranianos (e os responsáveis nunca foram entregues para julgamento no Irão). Ou que a questão palestina continua por resolver há décadas, com violações diárias dos mais elementares direitos humanos, beneficiando Israel de um apoio decisivo dos EUA. Há portanto uma hostilidade face ao Ocidente, e particularmente face aos norte-americanos, aliada a um sentimento de injustiça, mas que resulta em reacções muito diversas, a maior parte das quais longe do radicalismo violento dos autores dos atentados.

Mesmo que não se adira a estes argumentos, importa perceber que estas posições não são exclusivas do Islão. Por um lado, é claro que os atentados são encarados de forma diferente no Norte desenvolvido e no Terceiro Mundo. As zonas do mundo com uma memória da violência do colonialismo, ou do apoio norte-americano a regimes repressivos (como a América Latina), se geralmente condenam os atentados, tendem a qualificar essa condenação com a recordação de enormes morticínios na sua área do Mundo que ficaram por punir, e por recusar o apoio a qualquer tipo de acção de retaliação militar norte-americana. Por outro lado, a insistência em encontrar soluções pacíficas e em julgamentos imparciais por entidades internacionais isentas dos responsáveis por actos violentos é uma constante nas declarações de boa parte das principais entidades religiosas neste tipo de crises. Mais uma vez, por exemplo, o Papa João Paulo II, na sua recente visita ao Cazaquistão, um país bem próximo da zona de crise, não deixou de insistir nessa dupla mensagem: condenação da trágica morte de tantos civis, insistência na importância de não se cair num ciclo de violência. Insistiu sobretudo na absoluta recusa de qualquer lógica de guerra religiosa e na responsabilidade das autoridades religiosas no sentido de promoverem a tolerância mútua, tendo apontado para o

Cazaquistão (país de maioria islâmica) como um bom exemplo disso. Muitos altos dignitários islâmicos seguiram a mesma linha, insistindo na filiação comum do islão e do cristianismo e judaísmo, assim como na tradição islâmica de tolerância para recusar qualquer ideia de uma guerra religiosa.

É verdade que Maomé foi um profeta armado (ao contrário de Cristo ou de Buda, por exemplo). Mas também é verdade que começou por pregar pacificamente e foi apenas para resistir à tentativa de supressão violenta da sua comunidade de crentes que pegou em armas. Mais, o Islão, rodeado como estava pelos impérios bizantino e persa (cada qual com a sua religião vinculativa por lei), dificilmente se poderia expandir sem recorrer à conquista (resolvendo pelo caminho a crise demográfica da desértica Arábia).

Sem dúvida que esta marca histórica facilita a assunção do manto do Islão por aqueles que, como Bin Ladin (ou a seita dos Assassinos no século XII, modelo deste tipo de grupos), fazem uma leitura do Alcorão em função apenas do dever de jihad, que entendem como a sacralização da violência contra os infiéis, esquecendo que esse livro sagrado começa por caracterizar Deus como "o clemente, o misericordioso".

Importa recordar também a este respeito, que não é menos verdade que o facto de Cristo ter recusado pegar em armas não impediu que muitos dos seus seguidores o fizessem em seu nome. Ou que em muitas épocas o Islão foi bem mais tolerante do que o Ocidente cristão. Por exemplo, muitos dos que fugiram às perseguições da Inquisição em Portugal, entre os séculos XVI e XVIII, foram acolhidos pelos sultões turcos (que eram também a mais alta autoridade religiosa sunita: o califa).

O que parece claro e essencial é que os governos ocidentais e dos principais países muçulmanos devem agir de forma a evitar cair na armadilha do choque de civilizações e religiões. Bush pareceu seguir o pior caminho ao falar de Cruzada em resposta aos atentados. Mas entretanto tem dado passos importantes no sentido certo, visitando a mesquita de Washington e procurando reunir o máximo possível de apoios islâmicos e limitando (até ao momento) a amplitude dos ataques ao Afeganistão. De outra forma, o Ocidente arriscar-se-ia a dar de bandeja a Bin Ladin e aos que seguem a sua linha, aquilo que eles procuram com estas actos: ficar à frente de um jihad contra o Ocidente, eliminando todos aqueles muçulmanos que, muitas vezes com grande risco pessoal, se têm manifestado a favor de relações mais fortes com a Europa e os EUA, de regimes mais democráticos, de um Islão mais aberto e tolerante.

Que papel para a religião no meio de tudo isto? Todos os sistemas de crença forte tendem a surgir através de uma ruptura e correm o risco de promover o fanatismo e, portanto, de gerar uma violência sacralizada pela defesa dos mais nobres ideais. Isto sucedeu com as grandes religiões, com pequenas seitas, mas também com ideologias laicas e anticlericais, como o comunismo e o fascismo.

As autoridades religiosas devem, por isso, em momentos como o que actualmente vivemos, exercer a sua influência no sentido de evitar esta deriva, insistindo no dever de tolerância e do respeito mútuo. Deste ponto de vista, iniciativas ecuménicas como a do Yankee Stadium, em Nova Iorque, a 23 de Setembro, em memória das vítimas; o encontro promovido pela Comunidade de S. Egidio a 3 de Outubro em Roma (que reuniu desde cardeais católicos e patriarcas ortodoxos a altos responsáveis protestantes, budistas e muçulmanos); ou ainda, jornada mundial de oração de 11 de Outubro, têm a importante função de retirar o exclusivo do discurso religioso ao fanatismo de um Bin Ladin e dos seus apaniguados.

Convém, no entanto, não esperar demasiado da influência das orientações dos líderes religiosos na conduta das redes terroristas. A história mostra que os grupos que justificam o uso do terror em nome da fé, mais facilmente acusarão de traição e cobardia os líderes da sua religião que procurem combater o recurso à violência em nome de Deus, do que obedecerão a qualquer indicação para depor as armas. Geralmente eles constróem de si uma imagem de puros, de verdadeiros fiéis, e desprezam qualquer liderança moderada. As últimas declarações de Bin Ladin ilustram isto perfeitamente.

Por fim, importa ter em conta que a resistência a que se transforme em realidade a profecia de uma guerra de religiões passa por todos nós recusarmos a lógica simplista em que ela assenta. Passa também por perceber que lutar eficazmente contra os terroristas implica reconhecer que, de facto, existem importantes diferenças entre as várias áreas culturais e religiosas em que se divide o Mundo, mas que elas não levam fatalmente à confrontação. As causas dos conflitos e ressentimentos entre estas diferentes zonas, quando existem, são bem humanas e deste mundo. Por exemplo, parece-nos claro que para a evolução da presente crise do ponto de vista das relações entre o Mundo Islâmico e o Ocidente, contarão bem mais o empenho numa solução justa para o problema palestino, ou as modalidades da retaliação norte-americana actualmente em curso com o máximo de apoio local da oposição afegã aos taliban (o que, aliás, só reforçará a sua eficácia) e com o mínimo de vítimas civis, do que quaisquer considerações especificamente religiosas.

O que acabamos de afirmar não é menos realista e pragmático do que reconhecer que há grupos que se reclamam do Islão que recusam qualquer diálogo e que, pelas tácticas que usam, constituem alvos legítimos de uma resposta armada de legítima defesa por parte dos EUA e dos seus aliados. As milhares de vítimas inocentes merecem o máximo de esforço na procura de uma resposta real contra o terrorismo que as massacróu. Ela será tanto mais eficaz e menos contraproducente quanto seja ampla e justa. Merecem também que se evite o mais possível multiplicar o número de vítimas inocentes deste conflito. O Cristianismo e o Islão professam igualmente a fé num Deus clemente, misericordioso e justo. Se essa crença é sincera não será de esperar menos do que um esforço deste tipo por parte dos seus fiéis.